



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

326
m

218

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0126709-0
COMARCA: VARA ÚNICA DE JOAQUIM NABUCO
APELANTE: USINA PUMATY S/A
APELADO: IVANILDA PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

3504

EMENTA: CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE - ACERTO - PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, "ERROR IN PROCEDENDO" E CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADAS POR UNANIMIDADE - MÉRITO - ACIDENTE DE TRABALHO QUE VITIMOU EMPREGADO - DESRESPEITO AS NORMAS RELATIVAS À SEGURANÇA E PROTEÇÃO DO TRABALHO - ÔNUS PROBATÓRIO DO EMPREGADOR - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - IMPUTAÇÃO DO ACIDENTE À CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA E AO CASO FORTUITO - INCOERÊNCIA - COMPROVADA FALHA EM EQUIPAMENTO DE TRABALHO - AUSÊNCIA DE MANUTENÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - DEDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - INDENIZAÇÕES DE NATUREZA DIVERSA - ABATIMENTO DE SEGURO DPVAT - NÃO COMPROVAÇÃO - DIREITO DE ACRESCER - POSSIBILIDADE - APELO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0126709-0, em que figuram como Apelante USINA PUMATY S/A, e como Apelado IVANILDA PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "À unanimidade, foram rejeitadas as preliminares de ilegitimidade ativa da autora, de "error in procedendo" e de cerceamento de defesa. No mérito: À unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 29 de Janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



318

319

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0126709-0

APELANTE: USINA PUMATY

APELADO: IVANILDA PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Indenização por acidente de trabalho.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 189/201, julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a demandada, ora Apelante, no pagamento, na forma de pensões periódicas com inclusão em folha, do correspondente a 2/3 (dois terços) da remuneração percebida pelo empregado vitimado, dividido em partes iguais a cada um dos autores (viúva e dois filhos menores) a partir do óbito, adotando-se o índice de variação salarial da categoria profissional como fator de ajuste até a data em que o mesmo completasse 65 (sessenta e cinco) anos de idade, excetuadas as cabíveis aos filhos, estas limitadas aos respectivos aniversários de 24 (vinte e quatro) anos, assegurado entre os autores o direito recíproco de acrescer. Em razão da sucumbência recíproca, condenou a recorrente na razão de 70% (setenta por cento) das custas processuais e fixou a título de honorários o total de 12% (doze por cento) do débito vencido somado a doze prestações vincendas, acrescentando-se atualização e juros de mora.

Objeto: Apelação com pedido de anulação/reforma da sentença hostilizada (fls. 212/236).

Razões recursais: Alega a insurgente, inicialmente, as preliminares de ilegitimidade ativa, de "error in procedendo" e de cerceamento do direito de defesa. No mérito, em síntese, alega em sua defesa, a ausência de responsabilidade tanto sua - seja na modalidade culpa "in vigilando" ou objetiva - bem como do seu operador/preposto no fatídico acidente, porquanto foram adotadas todas as medidas de segurança legalmente exigidas que o caso necessitava, devendo ser imputada a causa do acidente à culpa exclusiva da vítima e ao caso fortuito. Alega ainda o excesso do quantum indenizatório e a existência de deduções (pensão previdenciária percebida pelo INSS, a parcela correspondente ao seguro obrigatório DPVAT e a parcela que corresponde ao dever da ex-esposa de concorrer para o sustento da prole) a serem abatidas e que não foram consideradas na sentença de piso bem como a impossibilidade do direito de acrescer na espécie.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 241/247, pugnando pelo não conhecimento do apelo face à deserção e, no mérito, pela manutenção da decisão a quo e, conseqüentemente, pela improcedência da Apelação.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

Ministério Público: Parecer colacionado às fls. 305/315, onde opina pelo não provimento do presente apelo, mantendo-se em todos os termos a sentença hostilizada.

É o que importa relatar.
À Douta revisão.

Recife, 01 de dezembro de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

327
m
221

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0126709-0

APELANTE: USINA PUMATY

APELADO: IVANILDA PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA

ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Flui dos autos, resumidamente, que os autores, aqui apelados, ingressaram com a presente ação visando à indenização por danos materiais em razão de acidente de trabalho que vitimou o Sr. José Severino André Pereira, então empregado da Usina Pumaty, ora Apelante.

O acidente fatal ocorrera no dia 15 de outubro do ano de 1996, em terras de propriedade da recorrente, provocado por uma patrol (espécie de reboque) que, ante a falta de freios acabou tombando ladeira abaixo e levando consigo o trator de esteira que estava sendo rebocado e no qual se encontrava a vítima, à época com 33 (trinta e três anos de idade), tendo-lhe ocasionado a morte por traumatismo craniano.

O r. Juízo da Vara única da Comarca de Joaquim Nabuco, com base em farta prova documental/testemunhal e grande proficiência, julgou a demanda parcialmente procedente, sob o fundamento de que "a morte do funcionário decorrente de acidente de trabalho, propiciado pela inobservância de normas de conduta em diversos aspectos, faz transparecer a culpa da promovida. Cuidando-se de acidente de trabalho, o empregador enfrenta responsabilidade extracontratual disciplinada pelas regras comuns do direito privado, considerando-se as modificações implantadas com a lei 6.367/76 e a CF/88. (fls. 189)".

O inconformismo recursal não merece prosperar. Explico.

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA IVANILDA PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA

É manifesto que tal preliminar não merece acolhida. A ex-cônjuge, independentemente de ter sido reconhecido seu vínculo perante órgão da previdência social, juntamente com os seus filhos, têm legitimidade concorrente para pleitear ação de indenização por acidente de trabalho em face da morte do empregado, ex-esposo e pai dos mesmos.

Desse modo, não acolho a preliminar argüida.



Tribunal de Justiça de Pernambuco

6ª. Câmara Cível

Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

328
m
222

**DA PRELIMINAR DE *ERROR IN PROCEDENDO*: ADITAMENTO DA INICIAL
APÓS A CONTESTAÇÃO SEM ANUÊNCIA DO RÉU**

Alega a recorrente que feriu o magistrado a regra constante do art.264 do CPC que, sem ouvir qualquer manifestação da ré, ora apelante, e de ofício, peremptoriamente determinou o aditamento da inicial para integrar o pólo ativo da ação os dois filhos menores da autora, em evidente prejuízo à defesa.

Em que pese sedutor, tal argumento não deve prosperar. Conforme se infere da leitura da peça inicial, o pedido de indenização de danos materiais formulado abrangeria tanto as pretensões da Sra. Ivanilda quanto de seus filhos menores, de ordem que não houve qualquer modificação no pedido ou na causa de pedir que viesse a prejudicar à defesa. Não importa modificação do pedido ou causa de pedir o acerto de meros erros materiais identificáveis à simples leitura da peça inicial.

Ao meu sentir, não importando em agravamento da posição do réu, é possível a alteração subjetiva do processo, para nele incluir-se outros autores independentemente do consentimento do citando, tanto mais quando estes já figuravam como parte na ação desde o começo.

Desse modo, não acolho a preliminar argüida

DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA

“O indeferimento de produção de prova pericial, quando colacionados aos autos outros elementos de convicção suficientes para o julgamento antecipado da lide, não configura cerceamento de defesa, em face do livre convencimento do Juiz” (Súmula 014 do TJPE).

Assim sendo, conhecendo da preliminar argüida, rejeito-a.

MÉRITO

O cerne da questão centra-se em estabelecer ou não a responsabilidade do empregador pelos danos materiais oriundos de acidente de trabalho. Ao empregador é imposto manter em perfeitas condições as máquinas e equipamentos de trabalho, bem como proceder na fiscalização e orientação do obreiro destacado para atividades de risco, além de providenciar no fornecimento de equipamentos de proteção. No caso, o freio do trator em que trabalhava outros funcionários e que carregava o trator que levava o falecido apresentara problemas, pondo o veículo em movimento desenfreado. Verifica-se ainda, que



Tribunal de Justiça de Pernambuco

6ª. Câmara Cível

Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

320
m
223

outros funcionários testemunharam o momento do acidente, salientando que os veículos não recebiam manutenção adequada, que não recebiam treinamento adequado e que a falha foi puramente mecânica tendo em vista o excesso de peso que a patrol levava. Os peritos ouvidos na seara policial também confirmaram a possibilidade de falha no equipamento

A responsabilidade do empregador é evidente, uma vez que tivera origem em defeito ou falha na máquina, visto que o freio estacionário soltou-se no momento da operação. A doutrina e a jurisprudência vêm alargando o conceito de culpa, entendendo ser suficiente para a sua configuração a culpa leve e até levíssima do empregador.

Deste modo, num primeiro momento, o ônus probatório compete à vítima do infortúnio laboral. Entretanto, em se tratando de demonstração do cumprimento de normas relativas à segurança do trabalho, assim como fornecimento de equipamento individual de proteção, tal incumbência se inverte, ficando a cargo do empregador.

Assim, cabe ao empregador provar que forneceu orientações e treinamento técnicos necessários ao funcionário, que alcançou equipamento de proteção eficaz à segurança do empregado, que a máquina revestia-se dos aparelhos de segurança específicos, etc. No entanto, não o fez em contento.

Por conseguinte, conclui-se pela presença dos requisitos para reparação civil, a saber, ilicitude da conduta, nexo causal e a gravidade da lesão suportada, de modo que exclui-se a tese de culpa exclusiva da vítima e de caso fortuito.

No mais, quanto ao valor da indenização estipulado, também não há o que alterar ou suprimir. Conforme as sapientes palavras da Douta Procuradora de Justiça, "as indenizações aqui em comento são de naturezas jurídicas totalmente diversas, sendo a pensão por morte devida em razão da contribuição social perante a previdência. A outra situa-se no âmbito da responsabilidade civil em razão de ato ilícito praticado pelo empregador."

Quanto à parcela do Seguro DPVAT, não se desincumbiu o recorrente de demonstrar qualquer recebimento daquele seguro. Inviável, do mesmo modo, a redução da indenização para abater a parcela correspondente ao dever da ex-esposa de concorrer para o sustento dos filhos, matéria atinente ao direito de família. "Aqui se está na seara de responsabilidade civil, sítio totalmente estranho àquele, tanto que não se discute qual o limite da capacidade econômica da ré em prestar alimentos ou quão intensamente deles necessitam os autores. O vértice do presente embate jurídico reside na mensuração do dano, como critério definidor da indenização." (fls. 199)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

330
m
224

Diante das peculiaridades do caso em questão, e tendo em conta que um dos efeitos do dever de indenização pelos fatos ilícitos é o de punir o ofensor para que este não volte a incidir no mesmo erro, operou o Juiz monocrático com moderação o valor fixado, não ensejando enriquecimento ilícito por parte dos requeridos.

Assim, tal como restou reconhecido no âmbito do primeiro grau, convenço-me da circunstância de que a bem fundamentada sentença monocrática não merece qualquer reparo, pelo que, acompanhando a Douta Procuradoria de Justiça, voto para negar provimento à Apelação e manter aquela decisão em todos os seus termos por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO.

Leite, 26/10/2010.